

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

VANESSA CONCEIÇÃO DA HORA

**ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: A EDUCAÇÃO ENQUANTO
ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.**

RIO DE JANEIRO

2015.2

VANESSA CONCEIÇÃO DA HORA

**ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: A EDUCAÇÃO ENQUANTO
ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como
requisito para a obtenção de grau no curso de Serviço
social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ORIENTADOR(A): Prof^a Dr^a FÁTIMA GRAVE

RIO DE JANEIRO

2015.2

|

Dedico este trabalho a minha mãe, que tanto insistiu,
acreditou e contribuiu para minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus familiares, por contribuírem ativa ou indiretamente em meu processo formativo. À grande mulher de minha vida: minha mãe Edimea, que depositou em mim sua expectativa e experiência de vida, bem como o seu amor, sempre acreditando que eu conseguiria – mesmo quando já não me haviam forças. Juntas crescemos, vivemos e aprendemos. A todos os meus queridos companheiros de curso deixo minha gratidão por todos os momentos e pelas amizades verdadeiras que fizemos. Cada um de vocês foi especial para mim. Agradeço e amo em especial as queridas Tati, Maíra, Lena, Lycia, Mari Marcelina (rs), Tassi, Maiara, Jessica e minha amiga Juh por acreditarem mais em mim do que eu mesma, por toda paciência, incentivo e conselhos.

Sou agradecida principalmente à Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo universo de atividades e momentos que pude vivenciar, consolidando uma experiência única. Aos incríveis professores no decorrer da graduação, cada um à sua maneira foi muito importante. Em especial, os professores que compuseram a minha banca: Ana Izabel e Luiz Acosta, muito obrigada pela compreensão, disponibilidade e atenção de vocês.

E não poderia deixar de agradecer à Fátima Grave, sempre justa e excelente professora que tive o prazer de ser aluna e, posteriormente, sua graduanda. Muito obrigada pelo carinho, pela paciência e pela dedicação. Juntas conseguimos caminhar e chegar até aqui!

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com insumos da teoria social crítica de Marx, prioritariamente, que norteará a discussão na busca por aprofundar o entendimento do surgimento e amadurecimento do Serviço Social. Para tanto, ocorre a leitura e análise de produção bibliográfica que trate a trajetória profissional no Brasil – bem como, a formação da sociedade capitalista e o debate sobre políticas sociais.

A partir de então é feita a articulação com a Educação enquanto espaço sócio ocupacional do Assistente social em meio à considerações societárias acerca da agudização da questão social, fazendo com que sejam necessárias novas medidas governamentais. Por fim, será tratada a importância e o papel dos profissionais assistentes sociais frente aos desafios demandados por esse espaço sócio ocupacional.

Palavras chaves: Serviço Social, Políticas Públicas e Educação,

SUMÁRIO

Introdução	07
------------------	----

CAPÍTULO 1

1 Capitalismo Monopolista e Estado.....	10
2 O papel das políticas sociais na dinâmica capitalista.....	16
3 O surgimento e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil..	20
3.1 - Serviço Social e Renovação.....	30
3.2 - O Congresso da Virada.....	35

CAPÍTULO 2

1 Serviço Social e Novos Espaços Sócio Ocupacionais: A	
Educação.....	43
Considerações finais.....	58
Bibliografia.....	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso consiste em requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Serviço Social e tem como objetivo encerrar um importante desafio pessoal: o reconhecimento profissional. Durante longos 6 anos de graduação e duas greves nesse período, esse trabalho contribuiu bastante para o conhecimento e amadurecimento do reconhecimento profissional, no sentido de buscar raízes e entendimento acerca da trajetória e relevância profissional.

A motivação para este trabalho se deu a partir de questionamentos, principalmente no tocante à experiência profissional de estágio: a Educação. Foram dois períodos no Centro de Cidadania da Praia Vermelha e mais dois períodos seguintes, no Centro de Ações Solidária da Maré – CEASM. Em ambas instituições o trabalho envolvia contato com movimentos sociais, palestras e cursos - era o Serviço Social se utilizando de seu perfil pedagógico para chegar de forma crítica e consciente à Educação.

Diversas foram as questões, interesses e lacunas que surgiram e resultaram na iniciativa desse trabalho. Este processo de pesquisa representou a possibilidade de melhor entendimento e reaproximação com conteúdos que são apresentados durante a graduação de Serviço Social, objetivando a construção de pensamento crítico e reflexão sobre estas questões.

Esse trabalho está orientado por revisão e pesquisa bibliográfica, a partir das áreas que compreendem o Serviço Social e a Educação. Em uma perspectiva de totalidade, articulando o entendimento dos textos da bibliografia básica do Serviço Social, se propõe a construir uma análise da trajetória da profissão que amplie o

entendimento da conjuntura atual, partindo do entendimento de que o cenário nacional é reflexo do avanço do modelo neoliberalista e que implica a produção de novas refrações da “questão social” - essas questões foram desenvolvidas tendo como referência o contexto do capitalismo e o movimento da história, buscando a totalidade dos processos e as suas mediações.

O primeiro capítulo intitulado “Capitalismo Monopolista e Estado” é fruto da lacuna pessoal a respeito da categoria profissional e, portanto, apresenta os aportes teóricos fundamentais à mesma. Tem por objetivo delinear desde o surgimento e efetivação profissional do Serviço Social, bem como, a preocupação com os direcionamentos dados no enfrentamento da “questão social”, através do Estado e das políticas sociais.

Neste capítulo no intuito de tratar dos novos rumos profissionais também serão abordados os processos de Renovação e Reconceituação do Serviço Social e, portanto, não poderia deixar de tratar do Congresso da Virada. Todos esses foram processos decisivos para a categoria profissional - remetem a questão dos grandes avanços do Serviço Social.

O segundo capítulo “Serviço social e Novos Espaços Sócio Ocupacionais: A educação” é composto pelas inquietações resultantes de experiência pessoal no campo de estágio. A proposta desse capítulo é explorar a Educação enquanto espaço sócio ocupacional, trazendo a realidade social de precarização e mercantilização em que a escola e a política pública de Educação se encontram devido aos interesses neoliberais e, por sua vez, como esse processo incide também na forma, na qualidade e capacidade de intervenção dos assistentes sociais - a política educacional passa a sofrer um tratamento teórico e político diferenciado no Serviço Social, uma vez que torna-se parte das refrações da “questão social”.

O segundo capítulo pretende conciliar a proximidade da atuação do assistente social com a área de educação, em função da dimensão socioeducativa de sua intervenção. Bem como, a expectativa em relação à ampliação do mercado de trabalho através de novos espaços sócio ocupacionais.

Em uma perspectiva de totalidade este trabalho pretende contribuir, minimamente, para identificar e analisar as facetas que encontraremos no campo de intervenção profissional, em especial a Educação, compreendendo os fundamentos teórico-metodológicos de repaginadas tendências. Usando instrumentais mais apropriados para desvelar o que é superficial, qualificando a intervenção técnica-operativa de uma prática profissional descrita, analisada e pesquisada por outros autores.

1. Capitalismo Monopolista e Estado

Baseado pela posse privada de bens, o capitalismo é um sistema caracterizado por uma nova rede de relações sociais, marcando por um lado o progresso econômico com a expansão comercial e, por outro, uma grande desigualdade, pois o sistema capitalista é constituído de tensões.

O modo de produção capitalista só se torna possível em certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas – quando existem condições materiais prévias para a subordinação formal, e depois efetiva, do trabalho ao capital. (MANDEL, 1982, p.395)

A partir da metade do século XVIII, intimidada pela explosão de 1848¹, a burguesia tornou-se uma classe mais conservadora com outros objetivos. Face ao montante de capital que tinha em mãos, a questão central burguesa era conservar as relações sociais combinadas com a apropriação privada dos meios de produção.

Nesse novo cenário político, Netto (2007) nos esclarece que: “a transição ao capitalismo dos monopólios realizou-se paralelamente a um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores” (p 27).

Esse sistema econômico desenvolveu o processo de acumulação de capital e de propriedade privada, ao mesmo tempo em que incitava o princípio da competição.

¹Netto (1998) nos esclarece que “o significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sócio-política uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses específicos — viabilizou a emergência de um projeto sócio-político autônomo, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a auto percepção classista do proletariado”. (NETTO, J. P. Prólogo: elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Editora Cortez, 1998.)

Ainda de acordo com o autor, no fim do século XIX, o capitalismo vivenciou profundas transformações. O capitalismo conheceu uma nova era, sobretudo pela divisão das empresas em ações e pela união entre o capital industrial e o bancário. Nascia, então, o capitalismo financeiro, o momento em que a economia passou a estar centrada no mercado de ações e no sistema especulativo de créditos, juros, valorizações, entre outros elementos.

O capitalismo monopolista é resultante de um processo de grande aumento da indústria e também da concentração da produção em empresas que se tornam cada vez maiores, e que, ao alcançar seu mais alto nível de desenvolvimento, necessitam da reunião – numa só empresa – dos mais diferentes ramos industriais combinados: os monopólios.

Uma das consequências mais importantes do crescimento acelerado da economia capitalista foi o brutal processo de concentração e centralização de capitais². Várias empresas surgiram e cresceram rapidamente: indústrias, bancos, corretoras de valores, casas comerciais, etc. A acirrada concorrência favoreceu as grandes empresas, levando a fusões e incorporações que resultaram, a partir de fins do século XIX, na monopolização de muitos setores da economia.

A fase superior do capitalismo caracteriza-se por uma série de peculiaridades. As formas de propriedade e o modo de exploração do trabalho, pelo capital, modificaram-se consideravelmente, influenciados pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo progresso da ciência e da técnica. Esse período também conhecido como imperialismo, representa uma fase qualitativamente nova da formação

² O processo de concentração ocorre quando grandes capitalistas acumulam uma massa de capital cada vez maior. Já a centralização se dá quando empresas capitalistas são reunidas numa só corporação, são fundidas em uma só massa de capital. A união dessas duas tendências, de centralização e concentração, gera a formação de grandes monopólios. (NETTO; BRAZ, 2007)

socioeconômica capitalista. O surgimento dos monopólios identifica-se com o chamado estágio superior do capitalismo, ou melhor, o imperialismo, como fase superior do desenvolvimento capitalista mundo afora, ampliando suas fronteiras.

Netto (2007) ao tratar de Imperialismo, nos dirá que essa é a fase na qual o sistema capitalista torna-se industrialmente mais tecnológico, utiliza-se de métodos mais agressivos na busca de mercados, adquire uma abrangência mundial e passa a ser conduzido e manipulado por empresas multinacionais e por grandes bancos. Dois dos componentes fundamentais do Imperialismo são: o capitalismo monopolista, trazendo o surgimento e a ação de grandes empresas industriais que passam a deter a maior parte do mercado (concentração econômica), fato este que dificulta a concorrência às pequenas e médias empresas; e o capitalismo financeiro dos grandes bancos: poucas e poderosas instituições financeiras fornecem empréstimo e provocam endividamentos com a obtenção de fartos lucros.

Quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais capacidade ele tem de gerar riquezas sociais, ao mesmo tempo em que gera pauperismo. O capitalismo em sua fase dos monopólios leva ao extremo a contradição existente entre a socialização da produção e a apropriação privada da riqueza. Entretanto, há que se considerar que as desigualdades sociais precedem o capitalismo, não se originam deste, embora neste se aprofundem.

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica. (NETTO, 2007, p.19)

Sob o capitalismo, a produção de mercadorias implica que tanto a força de trabalho, quanto os meios de trabalho, também sejam mercadorias. Nesse sentido, o mesmo acontece à força de trabalho – também conhecida no senso comum por “mão-de-obra” – também é mercantilizada. A mercadoria,

é um valor de uso que se produz para a troca, para a venda [...] somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais (humanas) de outrem e, portanto, sejam requisitados por outrem, constituem mercadoria; esta pois, dispõe de uma dimensão que sempre bem vinculada ao seu valor de uso: a sua faculdade de ser trocada, vendida (o seu valor de troca). (NETTO, 2007, p.79)

A partir da análise de Netto (2007) vê-se que o sistema capitalista está sempre sofrendo mudanças que recaem sobre a estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades, e tal modo de produção estabelece um ritmo de consumo e de rotatividade de capitais, que o próprio sistema não dará conta por si só. Deste modo, as crises são elementos constantes desse sistema como consequência das mudanças e rotatividade. A lógica do próprio capitalismo, que torna o capital motor da economia, e seu desenvolvimento, leva à maximização do lucro - a causa fundamental da crise financeira é a queda periódica da taxa de lucro e, também a diferença crescente entre a capacidade de produção.

O capital financeiro dará origem a um pequeno grupo de capitalistas extremamente poderosos que controlarão setores industriais e bancários. Surgirá, então, uma espécie de oligarquia financeira, mantendo-se o subconsumo, as crises e a exploração. Esse processo começa no último terço do século XIX com outra fase do capitalismo – o já dito anteriormente, imperialismo. A partir da consolidação dos monopólios em seus países, eles migram para países periféricos. Nesse processo, o Estado vai exercer um papel importante. Especialmente entre 1870 a 1914, os Estados centrais (Estados do centro de desenvolvimento capitalista) desenvolveram uma política neocolonial: uma nova divisão territorial do mundo.

À medida que o modo de produção capitalista se aprofunda, acirrando suas contradições [...] e engendrando uma nova configuração entre as classes sociais, outras requisições são postas ao Estado, exigindo deste, mais funcionalidade à lógica do monopólio. (ORTIZ, 2010, p. 33)

A intervenção do Estado isenta o modo de produção capitalista de parte da “obrigação” de ter que preservar sua força de trabalho. É função de o Estado criar

terreno propício para que se tenham as condições gerais de produção, estas que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante – pela classe burguesa. As funções do Estado são compelidas sistematicamente em torno do desenvolvimento, expansão e acumulação do capital.

O fortalecimento do Estado no capitalismo tardio é, portanto, uma expressão da tentativa de o capital superar suas contradições internas cada vez mais explosivas, e ao mesmo tempo é expressão do fracasso necessário dessa tentativa. (MANDEL, 1982, p. 405)

Neste sentido, a aliança com o Estado é fundamental para o projeto de domínio econômico da classe burguesa e ao mesmo tempo é expressão de sua fraqueza, pois, quanto maior for a intervenção estatal no sistema econômico capitalista, mais visível se torna a fragilidade desse sistema, pois nas palavras de Netto (2007):

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente [...] da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. (p. 25)

Mandel (1982) define com clareza as principais funções do Estado na era dos monopólios, e são elas:

1. Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
2. Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do exército, polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
3. Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males o menor”, ou a “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração). (p.333)

O Estado sempre interferiu no processo econômico do modo de produção capitalista, garantindo a propriedade privada dos meios de produção aos burgueses. A intervenção do Estado através de leis trabalhistas, políticas sociais e serviços sociais, não consegue reverter a desigualdade de classes existente na sociedade capitalista. Entretanto, na era dos monopólios há uma refuncionalização em suas

funções, agora sua intervenção é direcionada à garantia de megalucros dos monopólios. Netto (2007) elucida que:

é um elemento novo: no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio. (p. 26)

A contradição resultante entre a socialização cada vez maior da produção e de toda a vida econômica, por um lado, e a manutenção da propriedade privada, por outro, está refletida no processo de concentração e de centralização do capital – na mesma medida que os países se tornam "mais ricos" e que o nível de vida das massas sobe em termos reais. Mais que isso, o trabalhador é alienado dos instrumentos de trabalho, dos produtos do seu trabalho e do próprio processo de produção.

O desenvolvimento dos monopólios implica na maior exploração dos trabalhadores. O eixo da intervenção estatal na idade do monopolista é direcionado para garantir os super lucros dos monopólios e para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções. Isso, por sua vez, provoca uma resistência crescente da classe operária e de todos os trabalhadores e conduz a uma luta enérgica contra o capital. Os monopólios, por seu lado, para reprimir o movimento revolucionário recorrem mais amplamente ainda ao aparelho do Estado.

O Estado ao tutelar o trabalhador, com a ideologia de estar servindo ao bem comum, juntamente à falácia de uma economia irrestrita e ao suporte tecnológico, está dizendo implicitamente ao trabalhador que não se faz preciso se organizar política e ativamente, porque a máquina estatal lhes dará o que necessitam. Assim

sendo, está dado o processo de despolitização da classe operária. Ou seja, a relação entre Estado e interesses das classes sociais na era dos monopólios acontece de tal forma que a máquina estatal assegura a manutenção e reprodução da força de trabalho – através das políticas sociais (a exemplo, previdência e segurança social).

No processo de desenvolvimento capitalista são criadas as condições reais para o surgimento do capitalismo monopolista. Nessa fase, torna-se indispensável a intervenção do Estado na economia como meio de abrandar a tendência de estagnação no processo de acumulação e sua intervenção na questão social.

O Estado Social³, que tem como marco o Welfare State, terá múltiplas funções, tornando-se também permeável as demandas das classes trabalhadoras, no que se refere ao atendimento de determinados interesses. O Estado passa a ser responsabilizado pelo enfrentamento das sequelas da denominada questão social, por meio das políticas sociais. Nesse momento, o Estado contempla as demandas econômico-sociais e políticas imediatas das massas trabalhadoras, o que não significa dizer que essa seja uma inclinação natural do Estado. Resulta daí a concessão de direitos sociais, configurados a partir de políticas sociais.

2. O papel das políticas sociais na dinâmica capitalista.

Através da obra de Netto (2007) conclui-se que o Estado na era monopolista é caracterizado por uma nova engenharia estatal: legitima sua ação através de

³Utilizo-me do termo “Estado Social” para tratar o estado de bem-estar, um tipo de estado cuja melhor concretização teve lugar nos países europeus mais desenvolvidos depois da segunda guerra mundial. O estado social, nesse trabalho, é entendido enquanto o resultado de um compromisso histórico entre as classes trabalhadoras e os detentores do capital. (SOUSA JUNIOR, José Geraldo, Introdução Crítica ao Direito, Série O Direito Achado na Rua, vol. 01, 1993, p. 07)

políticas e ações sociais, para que assim consiga gerir as contratendências e atender as demandas capitalistas. No entanto, as políticas sociais resultam de uma dinâmica de lutas.

Quando se fala em política social, se tem por pressuposto a existência de determinados direitos. Assim, as políticas sociais representam

“[...] respostas do Estado burguês do período do capitalismo monopolista a demandas postas no movimento social por classes (ou estratos de classes) vulnerabilizados pela ‘questão social’” (NETTO, 2003, p.15).

Nas palavras de lamamoto (2008), “a dominação burguesa implica a organização do proletariado, ao mesmo tempo em que implica a sua desorganização enquanto classe” (2008, p. 132). Ademais, o capital em sua fase monopólica, através de novas tecnologias e do “corte” na força de trabalho, aumenta a quantidade de trabalhadores sem espaço no mercado de trabalho, caracterizando o exército industrial de reserva.

Na sociedade capitalista, as relações sociais são permeadas e se imbricam as relações de produção. Com os trabalhadores enquanto atores políticos e à medida que as indústrias e o capitalismo se impõem como forma de vida, problemas como a falta de moradia, doenças, falta de saneamento básico, fome e carência material tornaram-se latentes na vida dos trabalhadores devido ao seu meio e condição de trabalho.

A questão social⁴ é o desencadeamento do cenário de expansão urbana e industrial, tendo em contrapartida, o ingresso do proletariado organizado no cenário político e exigindo por sua vez os seus interesses. Esse foi o momento em que a

⁴ De acordo com lamamoto (2001, p.16) “a questão social diz respeito ao conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”.

classe operária se percebeu verdadeiramente enquanto classe e, demandou outros tipos de intervenção, que não a filantropia e a repressão.

Sobretudo, a questão social é a resistência dos trabalhadores, enquanto população excluída de seus direitos econômicos, sociais, políticos. É o momento em que o capital já não se dispõe à manutenção, ao custo de reprodução da força de trabalho - a força de trabalho tornada mercadoria. A manutenção e reprodução dessa força de trabalho estão a cargo do operário e de sua família.

Os embates e conflitos advindos do modo de produção fazem com que as políticas sociais respondam reivindicações da classe proletária, e tenham no Estado, o seu principal implementador. O Estado assume no capitalismo monopolista “[...] a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente” (NETTO, 1996, p.22), além de funcionar como um mecanismo de intervenção extra econômico, garantindo concomitante ao capital a “[...] maximização dos lucros pelo controle dos mercados” (NETTO, 1996, p.22).

Contudo, as políticas sociais se apresentam também como uma maneira de assegurar o desenvolvimento da ordem monopólica. A intervenção estatal sobre as sequelas da questão social no período do capitalismo monopólico se dá de maneira em que há tanto uma fragmentação, quanto uma parcialização da questão social.

Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde por antecipações estratégicas. Entretanto, a dinâmica das políticas sociais está longe de esgotar-se numa tensão bipolar – segmentos da sociedade demandantes/Estado burguês no capitalismo monopolista. De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos (NETTO, 1992, p. 28).

Deste modo, as políticas sociais representam “concessões” do Estado, conquistadas nos embates entre as classes da sociedade capitalista. Pastorini (2007, p. 90) acrescenta ainda que as políticas sociais

“(…) devem ser pensadas como uma relação entre classes, como uma mediação entre a sociedade civil e o Estado, que reflete sua dupla característica de coerção e consenso, de concessão e ‘conquista”

Evidenciando, assim, um elemento contraditório de tais políticas, pois ao fornecerem condições mínimas de sobrevivência, sintetizam-se também como o limite de conquistas numa sociedade burguesa, o que não indica em momento algum, alterações estruturais desta sociedade, servindo à manutenção do trabalho vivo e do consumo, essenciais para a continuidade do ciclo do funcionamento do capitalismo.

A partir deste pressuposto, as políticas sociais reproduzem a dinâmica vigente na sociedade burguesa, assim como as duas classes principais que a compõem. Ou seja, não alteram a base de exploração e alienação do trabalho, sendo resultado da relação capital/trabalho.

Como desdobramento dos movimentos e reivindicações sociais, a questão social é colocada para a sociedade e suas expressões são proporcionalmente alocadas enquanto alvo das políticas sociais, estas que são impregnadas da lógica capitalista de assegurar o desenvolvimento dos monopólios.

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes. (NETTO, 2007, p. 30)

Se é bem verdade que as políticas sociais são oriundas das manifestações populares, da capacidade de organização política por parte da classe trabalhadora e da mobilização da classe operária, são também um amparo significativo à máquina estatal, designando a este, a imagem de mediador de demandas antagônicas.

Nesse jogo conflitante de interesses antagônicos mediados pelo Estado, as políticas sociais são de cariz fragmentado e parcializado, marcadas pela descontinuidade. Estas, por sua vez, além de suas dimensões políticas, também se

constituem como conjuntos de procedimentos técnico-operativos, o que implica na necessidade de agentes técnicos que não só formulem, mas também implementem políticas sociais.

É a necessidade de um profissional que atue na execução das políticas sociais, que faz surgir o Serviço social. A profissão surge com a necessidade de suprir e conter os conflitos sociais, desenvolvendo-se na dinâmica capitalista, enquanto uma forma de controlar as relações sociais.

3. O surgimento e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil

No capitalismo, as políticas sociais possuem caráter ideológico de controle, ou seja, têm por função a reprodução material da classe trabalhadora e a reprodução ideológica da ordem vigente. O Estado é um instrumento da burguesia no aspecto econômico, contudo, política e socialmente participa da correlação de forças, dialogando, muitas vezes também com os trabalhadores. O Estado incorpora as demandas sociais, porém as soluções são levadas para a esfera privada⁵: a “questão social” deve ser tratada como um problema moral e individual.

O surgimento do Serviço Social está diretamente articulado ao capitalismo monopolista e a forma como o Estado passou a enfrentar as expressões da questão social.

⁵ Através do terceiro setor as políticas públicas abrem espaço de investimento para a própria iniciativa privada. Com a redemocratização do país, a partir de meados da década de 1980, muitas ONGs transitaram para a condição de parceiras de certas coalizões de poder, atuando na formulação e execução de políticas públicas, configurando um novo ator social – o terceiro setor – que passou a assumir papéis asseverativos e até executivos de grande alcance social. (Nunes Mattos, Solange Maria da Silva. Drummond, José Augusto).

Vale ressaltar que a origem da profissão está no desenvolvimento do capitalismo e no trato dado as expressões da questão social dessa sociedade. Esta por sua vez, entendida aqui enquanto: a fome, a miséria, o desemprego, doenças, a penúria, a desigualdade. Portanto, cabia ao assistente social a função de lidar com a manutenção da ordem na sociedade por meio da execução das políticas sociais.

Na mesma época, a Igreja católica estava preocupada em construir uma ideologia para se colocar a favor dos pobres. Esta instituição participou da construção do ethos conservador da profissão⁶. O movimento da ação católica vai dotar o Serviço Social de uma doutrina social da Igreja que propiciou fundamento a esta profissão - nesta afirmação, não intento dizer que a origem da profissão veio da igreja. Nas palavras de lamamoto (2004),

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações vigentes, reforçando a mutua colaboração entre capital e trabalho. (p.20)

A ligação da Igreja Católica com o Serviço Social dá-se em um período de desenvolvimento industrial e ampliação das refrações da questão social e, em particular, à presença do movimento operário popular.

Contudo, a profissão se consolida tendo o Estado à sua frente, na relação deste e com a sociedade capitalista. Sendo assim, as práticas assistenciais que dão respaldo ao Serviço Social são distintas da caridade realizada pela Igreja, uma vez que o Estado intervém na “questão social” a partir das políticas sociais – não enquanto caridade.

A ordem burguesa traz as políticas sociais para o enfrentamento da questão social: o Estado representa os interesses do capital e as políticas sociais são

⁶ Através dos documentos Rerum Novarum, Quadragésimo Ano e da própria doutrina social da Igreja.

atravessadas por interesses burgueses e da classe trabalhadora. Tais políticas são um misto de concessão, por parte do Estado e, conquista, a partir de um movimento da classe trabalhadora, como já aludido linhas atrás.

Como dito anteriormente, são as demandas existentes, bem como as mudanças no sistema capitalista que exigem modificação na correlação de forças dentro do Estado e no relacionamento deste com as classes sociais. E para tanto a implementação de políticas que atendem a determinados interesses é também o desdobramento da questão social, bem como a questão da formação da classe trabalhadora e sua entrada no cenário político – de cunho não só político como também ideológico. O Serviço social, sua implantação enquanto profissão ocorre no decorrer desse processo histórico.

De acordo com Abreu (2002), o trabalho dos primeiros assistentes sociais tinha como base uma abordagem sociológica dos problemas, reproduzindo a doutrina da classe dominante burguesa através do Estado e da Igreja Católica. À exemplo, nos Estados Unidos a abordagem profissional se utilizava da psicologia e da psicanálise como instrumentos para controlar conflitos e desajustes do sujeito. As atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais serão em função tanto do raio limitado de atuação dos órgãos públicos de Serviço social, como das instituições de assistência.

O Serviço Social trabalha na construção e execução de políticas sociais ⁷advindas do Estado para o trato da questão social – contudo, o trato com a questão social deve ser realizado sem que os fundamentos da sociedade burguesa sejam alterados. Ou seja, o assistente social será o executor de políticas funcionais à

⁷ Para além da construção e execução, cabe à profissão a avaliação das políticas sociais. Estas que em uma perspectiva mais ampla, representam uma conquista profissional – é o Serviço Social tendo voz.

reprodução da força de trabalho e à contenção das tensões sociais - não afetando os grupos sociais em sua estrutura. Nesta direção, a assistência social deixa de ser simplesmente filantrópica, fazendo parte cada vez mais da relação social de produção, tornando – se objeto de política pública.

É a necessidade do Estado em investir nas políticas sociais para o enfrentamento da “questão social” que criará um mercado de trabalho para o Serviço social. E enquanto política pública será, então, exigida uma reconfiguração na prática profissional, esta que é permeada pelas mudanças na sociedade, nas relações sociais e relações de produção. Ou seja, novas demandas e novas pautas irão surgir.

De acordo com a obra de Yamamoto (2008) o assistente social é um profissional remunerado por suas tarefas técnico-administrativas na construção e execução de políticas sociais, pode-se, então, dizer que nesse processo há uma ruptura significativa com as práticas filantrópicas de outros tempos. Neste sentido, quero atentar para a condição do profissional enquanto agente que possui uma prática social com significado socialmente institucionalizado.

Na criação do Serviço social, tiveram participação as instituições públicas, a cúpula da Igreja e do movimento laico. As primeiras escolas de Serviço Social surgiram no final da década de 1930 no Brasil, quando aconteceu um “boom” marcado pelo processo de industrialização e urbanização no país.

Segundo Silva (2008):

Diante do mundo em crise, o Serviço Social apresentava-se como alternativa de caridade e justiça, como instrumento de re-cristianização do mundo. O laicato católico via, nessa atividade, a oportunidade de cumprir o mandato da Igreja em construção, de um mundo fraterno e justo, entendendo que a restauração da ordem social, a superação da crise moral, econômica e social são exigências para que se possa atingir o fim último para o qual o homem foi criado: a felicidade eterna. Mas a realização deste fim supremo exige a possibilidade de uma vida terrena virtuosa; e a virtude não pode florescer onde não haja um mínimo de bem-estar. [...] Assim são implantadas as primeiras escolas, de natureza privada, com ensino voltado

para a formação profissional de assistentes sociais, que pertenciam a congregações e/ou instituições de natureza religiosa, confessional e católica, e eram a expressão da luta dos católicos pela erradicação da pobreza, como forma de apostolado visando o tratamento da chamada questão social. Outro traço marcante dessas escolas, além da vinculação ao pensamento católico, era a defesa da doutrina social da Igreja como forma de combate aos males do comunismo ateu e do capitalismo degradante da condição humana, a chamada terceira via.
(p. 112)

É evidente que a noção de caridade deveria estar no centro dessa prática. A conjuntura política e social permite à Igreja um campo de intervenção na vida social, visando desempenhar um diferencial para a estabilidade social – em meio ao antagonismo e conflito de interesses da classe burguesa e proletária - o controle social e ideológico. O Estado necessitava de apoio dessa força disciplinadora da Igreja.

Por conseguinte, no século XX, o neotomismo⁸ se baseando nos princípios de dignidade da pessoa humana e o do bem comum, fundamentou a formação profissional nas escolas de Serviço social. E, assim sendo, a preocupação da categoria influenciada pelo neotomismo, será diminuir os efeitos devastadores do capitalismo. Tanto a filosofia religiosa de Tomás de Aquino (Tomismo) quanto sua releitura modernizada, o neotomismo, serviram para justificar a linha conservadora da categoria.

No Brasil, os fundamentos filosóficos do Serviço Social tinham como objetivo, a partir da base filosófica do neotomismo, moldar o homem e integrá-lo à sociedade, aos valores, a moral e aos costumes de uma sociedade cristã. O país começou tardiamente sua industrialização e o Estado assumiu algumas tarefas que seriam

⁸ O neotomismo “defende um modelo cristão de sociedade, que se consubstancia nas condições históricas da ordem burguesa, tendo em vista torná-la ‘mais justa e fraterna’, cuja caracterização passa por um trabalho de evangelização das massas, como exigência para o desenvolvimento, na vida social, do senso de liberdade e fraternidade.” (ABREU, 2004, p. 51- 52).

necessárias para alcançar o desenvolvimento do capitalismo – à exemplo, tem se a criação e o fortalecimento de instituições.

O Serviço Social não questiona a sociedade nem suas estruturas, mas busca reformar a sociedade em função da ordem vigente, para sua melhoria. Neste objetivo, o assistente social é importante para buscar e atrair o envolvimento da população. O corpo profissional era composto, sobretudo, por mulheres oriundas dos setores médios da burguesia - o que resultava no distanciamento natural, devido a diferença de classes, ou seja, diferença dada entre a classe que faz a intervenção e a população assistida, reforçando, assim, o paternalismo e autoritarismo, com forte influência conservadora na categoria.

Uma característica fundamental do Serviço Social será a de uma profissão composta, predominantemente, por mulheres (o mesmo acontece em profissões como Enfermagem, por exemplo). Devido aos seus atributos socialmente impostos, a mulher era vista a partir de suas habilidades educativas e caridosas, pensadas em sua docilidade onde, então, através de sua vocação natural irá zelar pela ordem moral e social. Assim, as mulheres burguesas, à época, exemplos de “boa moral” e relacionadas aos valores cristãos, correspondiam exatamente ao perfil profissional que a conjuntura marcada por uma sociedade patriarcal.

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, o apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses. Paralelamente, sua posição de classe lhes facultava um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p.172)

O perfil profissional na emergência do Serviço Social era o do agente com capacidade para a motivação e estímulo de comportamentos, com aptidão para o

relacionamento humano, tendo capacidade de compreensão, de agir com equilíbrio. lamamoto (2004, p.11) destaca o privilégio de uma categoria profissional que atua "na transversalidade das múltiplas expressões da questão social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam".

O surgimento do Serviço Social no Brasil na década de 1930 coincide com a Era Vargas. Esta, por sua vez, foi caracterizada por um governo ditatorial e populista, que reconheceu a questão social como estratégia de controle social e ideológico. Vargas se utilizou dessa estratégia para desenvolver programas políticos assistencialistas. De acordo com lamamoto apud Pereira (2007), "essa atitude visava principalmente o interesse do Estado e das classes dominantes de atrelar as classes subalternas ao Estado, facilitando sua manipulação e dominação." (p.33). Nesse mesmo período se teve também a criação do Ministério do Trabalho para controlar os sindicatos, vinculando-os ao Estado.

Neste governo, também se consolidou a ideia do favor do Estado protetor, paternalista, que ainda hoje é difundido e norteia as relações sociais, reforçando a ideia de submissão da população ao Estado. Isso se dá porque a cidadania não se construiu historicamente no Brasil como nos países europeus.

Como afirma Schwartz apud lamamoto (2008) "o favor é a nossa mediação quase universal". No Brasil prevaleceram as relações de favor, de dependência, que marcaram a formação social nacional. Os direitos são colocados como favor, e isso porque a nossa sociedade é construída tendo por base o patrimonialismo (interesses de diferentes famílias e grupos dominando o espaço público). Os acordos políticos econômicos são feitos "pelo alto" (sem participação ou com pouca participação das classes populares). Tudo isso faz com que os sujeitos (frações da classe trabalhadora, principalmente as mais subalternizadas) não se identifiquem como

sujeitos de direitos. Os próprios direitos são colocados pela esfera pública como se fossem favores, exemplo disso é o nome dado às políticas e serviços sociais como benefícios, e o sujeito que os recebe, como beneficiários.

Ainda nos anos 1930, a economia brasileira passava por uma transição de agrário-exportadora para industrial. Nesse momento ocorreu a construção de algumas indústrias, que demandavam força de trabalho e investimento em obras de infraestrutura, tais como: abertura de estradas, suprimento de energia e etc. O êxodo rural contribuiu para o complemento de vagas no setor industrial, mas o novo tipo de trabalhador brasileiro necessitava de orientações e disciplina.

Uma vez que é a máquina estatal quem comanda as objetivações a serviço do capital, o Serviço Social está diretamente vinculado ao setor público, juntamente à sociedade civil. O assistente social irá promover a participação social nos programas governamentais - fazendo da profissão uma ciência social que se utiliza do conhecimento e técnicas de outras áreas. Ortiz (2010) nos esclarece que, “o mercado de trabalho passa a exigir um novo perfil profissional, capaz de encaminhar com competência as demandas postas no dia a dia” (p.157).

O espaço de trabalho do assistente social será constituído pelas instituições que prestam serviços sociais. Entretanto, tal demanda não é advinda daqueles que são diretamente beneficiados, porém das classes dominantes. Ou seja, os assistentes sociais estão impostos enquanto mediadores para aqueles que querem alcançar determinado Serviço Social– não são solicitados por quem recebe sua intervenção.

Este fato repousa no fato de que, dentre outros aspectos, a relação dos profissionais com seus usuários – os trabalhadores – é constituída por uma prática que não foi requisitada e/ou legitimada em princípio por estes. (ORTIZ, 2010,p.136)

Segundo Silva (2006), a estrutura corporativa do Estado Novo, visando sua legitimação, incorporou de alguma forma reivindicações populares, com claro intuito de controlar a classe trabalhadora. A Era Vargas teve efeitos políticos, sociais e populistas através do surgimento de grandes instituições nacionais de assistência social, bem como, as medidas para atender as reivindicações populares - o intuito era controlar a classe trabalhadora.

Neste cenário político econômico, há uma expansão e aumento quantitativo da atuação do Serviço social, devido ao aumento da industrialização e de grandes instituições nacionais de assistência social - a exemplo da Legião Brasileira de Assistência. LBA (Decreto-lei nº 4830 de 15/10/1942).

Sob esse governo a crescente centralização das políticas sociais pelo Estado gera o aumento da demanda pela execução de programas sociais nas instituições. Por sua vez, o resultado é o crescimento numérico das escolas e do meio profissional, ou seja, o cenário é de expansão do Serviço social.

O processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado, que viabilizam a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores especializados. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2008, p.82)

Enquanto profissional⁹, o assistente social está inserido na dinâmica do mercado de trabalho: é um trabalhador remunerado por seus serviços através de seu salário. E, apesar de ser requisitado pela classe dominante, enquanto partícipe da dinâmica da sociedade capitalista, o assistente social vende sua força de trabalho como mercadoria, como qualquer outro trabalhador.

⁹ Profissão foi legalmente reconhecida por meio da Lei nº. 3252 de 27 de agosto de 1957.

Ora, mesmo estando a serviço da classe dominante, o assistente social enquanto profissional é também constituinte da classe trabalhadora. Nesse processo, tal profissional reproduz as relações sociais e, devido a sua condição de assalariamento, está também inserido na dinâmica de relação contraditória entre as classes burguesa e proletária. Mais do que isso, a condição de assalariamento do assistente social fará com que, posteriormente - somente a partir dos anos 80, este profissional já não represente mais a classe dominante, porém a classe dominada e se colocar a serviço dessa - na realidade entrará em confronto e conviverá com ideologias distintas da capitalista, como mais a frente iremos tratar.

A imagem socialmente construída acerca desse profissional é a de que, uma vez voltado para a intervenção cotidiana, próximo do usuário e profundo conhecedor de sua situação pessoal, será o assistente social um dos principais agentes profissionais responsáveis pela efetivação da mudança de comportamento do usuário pela via de um processo de ajustamento. (ORTIZ, 2010, p.135).

Uma vez que o assistente social está inserido na relação de reprodução social, este profissional não trabalha modificando um produto através de seu trabalho, mas sim, tem uma função ideológica, através do indivíduo nas relações sociais.

Através de seu agir profissional, o assistente social será uma via de efetivação da dominação e contenção em favor da classe dominante, contribuindo – como dito anteriormente – para a manutenção e continuidade desta classe e, agindo para que a classe menos favorecida sinta-se amparada.

O Serviço Social irá partilhar da ideologia controladora e dominante para exercer o controle, se utilizando para isso, das instituições da sociedade civil. Cabe ressaltar que não existe apenas uma ideologia vigente, são várias as ideologias, uma vez que, não há conformidade e homogeneidade na concepção de mundo - devido ao antagonismo das classes e, portanto, ao conflito de interesses. Sendo que os detentores da riqueza e o próprio Estado são determinantes para a reprodução

da ideologia, de influências e adequações na sociedade. E, nessa processualidade, está inserida a atuação do Serviço social. Ademais, verifica-se, então, a laicização e a autonomia da profissão. E serão sobre essas novas condições gestadas no seio da sociedade burguesa no capitalismo monopolista que a profissão terá espaço na divisão social e técnica do trabalho.

3.1 Serviço Social e Renovação

O Serviço Social se insere na sociedade brasileira durante a vigência do capitalismo monopolista, a partir do momento que o Estado passa a intervir sobre as sequelas da questão social através de políticas sociais. A ditadura militar, instituída em 1964, não apenas sufocou o debate sobre os rumos do Serviço social, iniciado nos anos 1960, como isolou a categoria profissional do movimento de revisão crítica vivido na América Latina (refiro-me ao Movimento de Reconceituação). Nesse quadro, o Serviço Social passa a rever sua fundamentação conservadora, em um movimento que pretendia reconfigurar as bases teóricas, técnicas e políticas da profissão.

A Reconceituação profissional, é um movimento datado, que ocorreu no âmbito latino americano e teve reflexos no Serviço Social brasileiro. Emergiu em 1965 e se esgotou por volta de 1975. Propunha a ruptura com o tradicionalismo profissional e se baseava na luta por transformações na estrutura capitalista. Nesse momento nascia força e espaço para as contradições, para novas bases teórico-metodológicas e práticas.

O Movimento de Reconceituação é o processo de modificação da profissão. É o Serviço Social sendo levado aos questionamentos de outros âmbitos sociais,

políticos e econômicos. Netto (2005) aponta conquistas que passaram a integrar a dinâmica profissional nos países latino americanos.

A Reconceituação foi um movimento que aconteceu nos países latino americanos (mais especificamente: Chile, Argentina, Peru e Uruguai) enquanto crítica ao cariz positivista, este que, em linhas gerais, naturalizava os aspectos da vida social e, ao funcionalismo - que parte da perspectiva da estabilidade da sociedade, sendo oposta a maiores mudanças - que determinam o Serviço Social tradicional e conservador.

A categoria profissional se coloca em questão - o Serviço Social latino-americano e, como consequência, o Serviço Social que se postava ao lado da classe dominante. Nesse momento, coloca-se em questão o lado tradicional e conservador da profissão.¹⁰

Como dito anteriormente Netto (2005) aponta algumas conquistas: a primeira delas é a articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana, que proporcionou um ativo intercâmbio entre os países, a explicitação da dimensão política da ação; a interlocução crítica com as ciências sociais, que abriu novos influxos, inclusive com a tradição marxista; a inauguração do pluralismo profissional, que possibilitou a percepção de diferentes concepções sobre a natureza, objeto, funções, objetivos e práticas do Serviço social.

O autor situa ainda como principal conquista da Reconceituação, a recusa do assistente social em se situar como um agente meramente executivo de políticas

¹⁰ Enquanto lado conservador e tradicional da profissão entende-se aqui a tendência para a preservação ao que está estabelecido, é a tendência em manter instituições e pontos de vista existentes. Era um Serviço Social contrário à mudança ou a inovação. Outra característica marcante era a focalização ao grupo em detrimento da emancipação individual, a atuação profissional se restringia à métodos e regras de intervenção e, não existia uma liberdade no exercício da profissão.

sociais (executor terminal), este passou a requisitar atividades de planejamento, valorizando seu estatuto de intelectual.

Todo esse processo se dá por uma série de fatores: é consolidado o mercado de trabalho dos assistentes sociais; o Estado sofre uma refuncionalização, pois o governo precisava se legitimar através de políticas sociais e; a sociedade brasileira estava se modificando e se modernizando, ou seja, a profissão precisava acompanhar esses processos. Mais do que isso, era preciso sua refuncionalização.

Como indicado anteriormente, a reconceituação, foi um movimento datado, seu esgotamento se dá pela onda ditatorial que atingiu a América Latina em oposição aos movimentos democráticos e de contestação da dominação burguesa, bem como na diversidade própria do movimento, que continha direcionamentos distintos para o Serviço Social em sua concepção de sociedade, teoria e prática profissional. Alterações em conceitos teórico-metodológicos não significam necessariamente renovação desses conceitos.

De acordo com Netto (2005), o movimento de reconceituação do Serviço Social expressa um novo momento para a profissão, com caráter mais heterogêneo – várias vertentes, linhas políticas, teóricas e profissionais. Ele é fruto de condicionantes históricas, com aprovação de setores jovens e profissionais de vanguarda do serviço social.

Conforme Netto (2005, p. 145-146).

A reconceituação é sem qualquer dúvida, parte integrante do processo de erosão do Serviço Social “tradicional” e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características. Como tal, ela não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. No entanto, ela se apresenta com nítidas peculiaridades, procedentes das particularidades latino-americanas; nas nossas latitudes, “a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentradora”

Falando brevemente sobre a renovação, este foi um processo interno brasileiro que externou tendências e possibilidades para a profissão no momento pré-1964, quando a democracia do país foi interrompida através do golpe militar.

Netto (2004, p. 131) define Renovação como,

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Desse processo destacam-se três diferentes direcionamentos para o exercício profissional do assistente social, com visões de mundo e fundamentação teóricas distintas. Para Netto (2004) são três as principais direções do processo de renovação do Serviço Social brasileiro: a) vertente modernizadora que se ajustou ao projeto econômico do governo militar, onde o assistente social tem por base a manutenção do poder; b) vertente reatualização do conservadorismo que pode ser definida tendo por base a fenomenologia: é o estudo de um conjunto de fenômenos e como se manifestam, seja através do tempo ou do espaço, consiste em estudar a essência das coisas e como são percebidas no mundo e; c) vertente intenção de ruptura que pretendia romper com a sua herança conservadora,¹¹ surge uma oposição ao Serviço Social tradicional que passa a questionar sua vinculação histórica de atuação aos interesses do poder. Foi a vertente intenção de ruptura que se apresentava, contrariamente, aos princípios da herança conservadora marcante

¹¹ Vou-me ater a maiores detalhamentos de tais vertentes. Entretanto no próximo item a vertente intenção de ruptura será melhor detalhada.

no Serviço Social tradicional e, foi esta vertente que acabou sendo de grande importância e contribuição para a categoria profissional.

Os anos 1960 foram marcados pela crise do Serviço Social tradicional, pela pressão dos movimentos revolucionários e pelo movimento estudantil. Todo esse processo permitiu o início do diálogo entre a categoria profissional e a tradição marxista. Tal interlocução contribuiu de forma decisiva para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional, permitiu a análise da própria profissão no tocante à sua herança conservadora. Esta relação não aconteceu por acaso, foi fruto da crise da profissão com sua herança conservadora tradicionalista. Resultou da pressão exercida pelos movimentos sociais revolucionários e ainda pela atuação do movimento estudantil.

A relação de aproximação do Serviço Social com a teoria marxista foi possível para compreender o significado social da profissão, assim como, aproximá-la e sensibilizá-la quanto à real defesa dos interesses da classe trabalhadora. Foi propício a um novo olhar sobre a sociedade, a partir de uma perspectiva ideopolítica distinta.

A partir da renovação, ações profissionais passaram a ser questionadas perante a realidade social brasileira, assim como, os fundamentos teóricos e metodológicos que fundamentavam sua prática. Emerge no Serviço Social o pluralismo, bem como, sua aproximação com as ciências sociais, com os estudos de Marx e com a pesquisa. Tal aproximação permitiu para além de uma formação continuada, o respaldo para uma nova identidade profissional. Os profissionais de Serviço Social são chamados a protagonizar uma atitude política que se consolide como construção coletiva da sociedade. Cresce, então, um novo e intensivo

processo de discussão na categoria dos assistentes sociais - pela busca de um novo perfil profissional e de uma identidade com as classes trabalhadoras.

A partir da obra de Netto (2004) fica evidente que a Renovação do Serviço Social é anterior, concomitante e posterior à Reconceituação. Outro fator relevante nesse processo é que o regime militar sendo caracterizado pela censura, repressão e autoritarismo. Além da necessária luta pela democracia, instaurou-se uma brutal crise econômica que piorava a cada ano o padrão de vida da grande massa popular. De acordo com Freitas (2013), para derrotar a ditadura e redemocratizar o Brasil na luta pela democracia e pelo direito a se organizar, surgiram vários grupos políticos de esquerda, formados por estudantes universitários e trabalhadores operários que se viram obrigados a confrontar um Estado autocrático. Essas lutas prolongaram-se até os anos 80 quando a ditadura terminou e elas foram fundamentais para o processo de acumulação de forças contra o regime. Contudo, apesar do entrave, conquistas como o intercâmbio com profissionais estrangeiros, a interlocução com as ciências sociais e a possibilidade do pluralismo na categoria puderam ser alcançadas.

A aproximação com as ciências sociais permitiu que segmentos da vanguarda do Serviço Social pudessem aproximar-se ativa e politicamente com a organização dos trabalhadores e das entidades representativas. Entram em pauta o planejamento, a coordenação, a administração, a capacitação profissional para atuação em nível de micro, macro e participação em equipes multiprofissionais. Mais, a partir do momento em que o conservadorismo é colocado em questão, por sua conjuntura histórico-social e o reflexo desse no interior da profissão, é que se criam as condições para que o Serviço Social brasileiro possa pensar-se histórico-

criticamente - pensar a profissão em sua totalidade, abrindo caminho para o debate crítico.

3.2 O Congresso da Virada.

As transformações que emergiam na sociedade, refletiam também na organização política do próprio Serviço Social. Conforme Netto (2004), a ditadura militar instalada no Brasil em 1964 e posteriormente nos demais países da América-Latina, estagnou o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro. Entretanto, desde a Reconceituação já existia o contexto de mudanças que marcavam essa ruptura histórica da profissão com o perfil conservador.

De acordo com Netto (2004) a Intenção de ruptura teve três momentos: emersão; consolidação acadêmica e espraiamento. Quanto a sua emersão, esta vertente surge entre 1972 e 1975 através de um grupo de professores da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, os quais formularam o “Método de Belo Horizonte”, conhecido como Método BH.

Dentre as primeiras formulações do processo de ruptura a experiência do Método BH é considerada um marco na intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro, pois é possível identificar uma proposta profissional alternativa de intervenção as tradicionais práticas. Segundo Netto, o método BH configurou-se para,

[...] além da crítica ideológica, da denuncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suporte acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social (NETTO, 2005, p.276)

Colocando-se inicialmente como produto universitário, é este espaço que torna possível o desenvolvimento e a interação intelectual dos assistentes sociais com outras áreas de saberes. Na processualidade da intenção de ruptura, a sua consolidação acadêmica vai se dar na medida em que a conjuntura sociopolítica, a ditadura, inviabilizava sua operacionalização em outros espaços e na medida em que a universidade apresentava-se como um espaço “mais seguro”.

Desde os anos 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora – reflexo do ativismo político na qual tal classe se encontrava. O projeto profissional que tem no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979, o chamado Congresso da Virada é o marco para o desenvolvimento da profissão a partir de um processo de politização e mobilização profissional com tendências críticas. Esse congresso representou um momento de grandes mudanças para a profissão, abrindo novos horizontes de luta pela democracia, vinculado à classe trabalhadora na luta pelos direitos humanos, atrelado aos movimentos sociais e outras associações – identificado “como marco histórico do compromisso político e coletivo da categoria com as classes trabalhadoras” (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 168)

É no desenvolvimento, consolidação e erosão da autocracia burguesa que se explicam, no plano geral, as peculiaridades assumidas pelos rebatimentos do Movimento de Reconceituação no Brasil, como também o que aqui chamamos de processualidade da intenção de ruptura – na medida em que ela manifesta a intenção de romper, por meio de uma crítica sistemática, com o Serviço Social tradicional em seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos – numa conjuntura nacional e profissional extremamente fechada a vetores progressistas e críticos. (SOUSA e NEVES, 2012, p.24)

O III CBAS deve ser compreendido como marco inicial da construção de um novo projeto profissional, o que mais tarde seria difundido como projeto ético-político. O III Congresso deixava claro que era urgente a ruptura com a herança

conservadora presente desde a emergência do Serviço Social no Brasil e a importância de um novo projeto de profissão. Trata-se de uma mudança na concepção de Serviço Social e no perfil da categoria profissional, possibilitada tanto pela inserção do Serviço Social no circuito acadêmico e pela criação da pós-graduação (1972), que aproximava a profissão das teorias sociais, dentre elas a do marxismo, quanto pelo processo de ampliação e laicização da categoria profissional, dadas as novas demandas postas pela ditadura, que alteravam substancialmente o perfil profissional. Como decorrência, tem-se a ampliação e consolidação do mercado de trabalho para os assistentes sociais, especialmente no campo da execução das políticas sociais.

O processo vivenciado pelo Serviço Social a partir do III CBAS englobou, além das lutas gerais pela restauração das liberdades democráticas, toda a reestruturação da profissão seja a partir das entidades de representação, da revisão dos parâmetros a serem utilizados na formação dos profissionais, da necessária capacitação docente, do exercício da pesquisa e sistematização do conhecimento produzido e do empenho na viabilização de sua publicação e veiculação por todo o território nacional. Foram essas ações conjugadas que fizeram avançar o conjunto. (REGINA M. FRANCO, 2012, p. 41)

Neste momento, aprofundam-se os estudos marxistas para poder construir um projeto de ruptura do Serviço Social frente ao já concebido - se constrói algo novo com a perspectiva marxista. A década de 80 é o momento mais propício para este diálogo.

Este se abre por volta de 1982-1983, favorecido pelo clima de transição democrática, dado o seu visível caráter de oposição à ordem instituída, e assinala a inserção das posições vinculadas à intenção de ruptura em todas as instâncias da vida profissional nos debates da categoria, dando o tom da produção intelectual e atingindo as organizações representativas dos assistentes sociais. (SOUSA e NEVES, 2012, p.26)

É nessa década que a categoria profissional respira novos ares rumo a uma atuação mais democrática e autônoma. Há um rompimento com o conservadorismo no serviço social, pela revisão do posicionamento ético e profissional, pela própria revisão do projeto formativo da profissão. No ano de 1986 um novo do código de

ética foi lançado, comprometido com um novo projeto ético, político e profissional junto à classe trabalhadora e seus interesses e que rompia com o corporativismo profissional.

A obra de Yamamoto e Carvalho (2008) sinaliza uma maioridade intelectual; ao processo que se desdobrou na construção de um novo projeto ético, político e profissional, vinculado a um projeto societário, propondo uma nova ordem social, voltada à equidade e à justiça social, numa perspectiva de universalização dos acessos aos bens e serviços relativos às políticas sociais. Nesse contexto a profissão busca o compromisso com a classe trabalhadora, através do aprimoramento intelectual, baseada na qualificação acadêmica e alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas.

Essa década sinalizou uma redefinição e um repensar na categoria profissional, pois esta reconheceu que se fazia necessário ser partícipe e integrante de todo processo democrático em prol da classe trabalhadora. Para tal, a categoria se inseriu na luta por uma Constituição que contemplasse essa classe, fosse universal e democrática. A categoria propôs a incorporação dos interesses da classe trabalhadora que perfilassem um sistema que a melhor protegesse e atendesse: a seguridade social. Os avanços e as mudanças na década de 1980 são para o Brasil e não apenas para o Serviço social.

É ao final dos anos 1980, através da Constituição Federal Brasileira que conseguem as políticas sociais, alcançarem o patamar da Seguridade - constituindo assim, a possibilidade de outro cenário - assistência social reconhecida de forma legal, como política social. O próprio percurso sócio-histórico, a conjuntura na década de 1980, permitirá aos assistentes sociais o rompimento com o conservadorismo.

A partir da Constituição Federal de 1988 os direitos sociais ganham atenção especial. Deste momento em diante, torna-se possível pensar o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida de todos, pois, agora estão assegurados constitucionalmente os direitos sociais relativos ao trabalhador; os direitos sociais relativos à seguridade, os direitos à saúde, à previdência e à assistência social; os direitos sociais relativos à educação e à cultura; o direito social relativo à família, criança, adolescente e idoso.

A partir da Constituição Federal de 1988, foi possível vislumbrar, no campo da política social, uma confluência virtuosa entre os dispositivos legais que foram sendo criados para a implementação do projeto da Seguridade Social brasileiro – Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica da Assistência Social – e o movimento da categoria profissional em torno de seu Projeto Ético-político Profissional. Um projeto que postula o "posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegura a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e às políticas sociais, bem como sua gestão democrática", além do "compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional" (CFESS, 1993).

Os direitos sociais positivados pela Constituição de 1988 orientam a atuação estatal e devem ser patrocinados pelo Estado, representam um enorme avanço quanto a afirmação dos direitos de todos os indivíduos, enquanto cidadãos – os direitos sociais são construções históricas e resultado de movimentos e lutas sociais. Todavia, sob a sociedade capitalista os direitos sociais também serão condicionados e determinados pela lógica monopolista. Portanto, mesmo garantido legalmente, não está seguro sua garantia efetiva.

A partir da Constituição de 1988, através da seguridade social, abre-se espaço para uma nova concepção para a proteção social no país, na perspectiva do direito social. Todavia, a sociedade capitalista, por sua base e fundamentos não permite o exercício da cidadania plena e democracia. A sociedade capitalista suprime as chances de emancipação humana - para a efetivação dessa, seriam

necessárias condições para que o sujeito se satisfaça plenamente material e subjetivamente; pressupõe outra ordem social capaz de construir uma sociedade plena, com sujeitos não mais individuais, porém sociais.

A seguridade social representa um conjunto de conquistas da classe trabalhadora na sua luta histórica por melhorias sociais, num contexto de desregulamentação de direitos sociais. Pois, ainda na década de 1990 se instaura no país a política neoliberal, com o objetivo de adequar o território nacional a economia internacional, aderindo as suas determinações. Processo esse que ocasionou, então, na fragmentação, focalização, na manipulação dos sujeitos, provocando alienação social para ocultar os efeitos devastadores do sistema capitalista.

A Seguridade Social resulta de um processo de lutas da sociedade, resulta da busca da classe trabalhadora pela garantia de direitos sociais, porém a dinâmica capitalista se apropria dos direitos sociais enquanto serviços sociais para assegurar a continuidade de sua produtividade. Ou seja, enquanto forma de reduzir custos, está servindo indireta ou diretamente à reprodução da força de trabalho. Mesmo que sendo direcionada à classe trabalhadora, as políticas assistenciais contribuem para a manutenção e continuidade da dinâmica capitalista, tendo como ponto particular nessa dinâmica, o trabalhador.

Nos anos 1980, inaugura-se o debate da Ética no Serviço social, buscando-se romper com a ética da neutralidade e com o tradicionalismo filosófico fundado na ética neotomista e no humanismo cristão. Assume-se claramente no Código de Ética Profissional, aprovado em 1986, a ideia de “compromisso com a classe

trabalhadora”.¹² Nesse momento a profissão afirma um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.

A Lei 8662 de 1993 regulamentou a profissão de assistente social com base na formação superior de Serviço social. A assistência social é um dos três componentes do sistema de Seguridade Social, a qual é seguida pela previdência social e saúde. É uma política social voltada ao atendimento das necessidades básicas dos indivíduos, à serviço da família, infância, adolescência e velhice.

A assistência social é regulamentada por lei e dispõe de metodologias específicas para o tratamento e controle de políticas sociais, porém o Serviço Social tem o grande desafio de superar as práticas conservadoras que imprimiram a identidade assistencialista à profissão por muitas décadas. Para o exercício profissional com qualidade e fortalecimento do projeto ético-político, o assistente social deve ter garantido seu direito ao livre exercício das atividades inerentes à profissão, inviolabilidade do local e documentação, bem como a liberdade na realização de estudos e pesquisas e autonomia profissional. Só assim, o profissional poderá realizar com eficiência e responsabilidade suas atividades profissionais.

[...] sobressaem à criação de entidades sindicais nas unidades da federação e do sindicato nacional – Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS, 1982) – e os redimensionamentos políticos da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e o conjunto Conselho Federal de Assistentes Sociais/Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS), hoje Conselho Federal de Serviço social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) (ABRAMIDES; CABRAL apud ABREU; CARDOSO, 2009, p.7).

¹² Refiro-me ao projeto ético político que tem seus contornos claramente expressos na Lei nº 8.662/93, no código de Ética Profissional – 1.993 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

2. Serviço Social e Novos Espaços Sócio Ocupacionais: A educação.

A trajetória dos assistentes sociais no que se refere ao acúmulo teórico e profissional no campo das políticas sociais e, em particular, da assistência, tem sido um dos principais fatores de reconhecimento de sua presença em diferentes áreas de atuação.

Como foi anteriormente discutido no capítulo 1, o Estado se constituiu a ser o grande empregador do serviço social. Mas o Assistente social também ocupava outros espaços profissionais, em grandes organizações, como as associações patronais da Indústria (Serviço Social da Indústria e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e do Comércio (Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), que empregavam grande número de Assistentes Sociais para atuar junto aos trabalhadores da Indústria e do Comércio. Esse é apenas um exemplo de como a educação foi usada para formação de recursos humanos, para acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico - essa

foi uma porta de entrada para o trabalho dos profissionais nas grandes empresas, sendo contratados diretamente por essas organizações.

Historicamente, o Serviço Social vem ampliando sua área de abrangência, conquistando novos espaços sócio-ocupacionais que vão proporcionando novas possibilidades para a divulgação e efetivação acerca das políticas sociais¹³. Órgãos centrais e regionais da previdência social e os serviços de saúde, educação, habitação e assistência configuram de modo significativo o seu mercado de trabalho. E ao mesmo tempo em que se ampliava o mercado de trabalho, as suas áreas de atuação vêm sendo consolidadas dentro de uma dinâmica contraditória de lutas sociais e de correlação de forças. Á exemplo, tem-se disputas que sublinham a importância que a educação tem ocupado: um lugar central no âmbito das lutas sociais voltadas para a superação da sociedade do capital e das formas de opressão que lhes são características.

Almeida (2012) enfatiza que:

Pensamos, assim, a educação em seu significado mais amplo, envolvendo os processos sócio-institucionais, as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social e constitutiva de novas formas de sociabilidade, nas quais o acesso aos direitos sociais e o reconhecimento e efetivação dos direitos humanos são cruciais. Nesta perspectiva, a educação não pode ser tomada apenas em seu sentido estrito, apenas como política pública, muito embora ela cumpra um papel de suma importância na trajetória das conquistas e mudanças sociais. (ALMEIDA, 2012.p.94).

Nossa atual constituição diz que a educação é um direito de todos, é dever do Estado e da família provê-la, com a ajuda da sociedade, com vistas ao desenvolvimento pleno da pessoa, assim como o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ou seja, a educação é um direito social onde o Estado tem a plena responsabilidade de garanti-la para todos. Entretanto, para além de

¹³ No tocante aos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, há que se considerar a flexibilização trabalhista, a desresponsabilização do Estado com as políticas públicas e sua consequente deterioração como maior campo de atuação profissional. (Braz, 2004)

meras definições, na prática a educação deve ser entendida, em nossa sociedade, enquanto uma atividade determinada pelas relações sociais, ou seja, dentro da dinâmica capitalista e da luta de classes - o sistema de ensino, as políticas educacionais, as escolas e universidades, refletem essa conjuntura.

Em sua obra Ghiraldelli (2000) nos trará a contribuição de que um povo com pouca instrução é incapaz de perceber as diferenças e as oportunidades que passam por ele, que é mais fácil manipular e governar ignorantes que não conhecem seus direitos e, portanto, não brigam por eles. O que quero salientar é que a forma como se origina e evolui o poder político tem implicações para a evolução da educação, uma vez que, na sociedade capitalista em que vivemos, a educação se organiza e se desenvolve para atender a interesses das camadas representadas na estrutura do poder – no caso em questão, a classe burguesa.

A fins de contextualizar melhor a afirmação anterior sobre a submissão da educação em prol dos interesses capitalistas e para entender o funcionamento da política educacional brasileira, é preciso fazer uma breve elucidação aos anos 1960, a partir do golpe militar que deu origem a ditadura brasileira, onde:

No contexto nacional-desenvolvimentista, o investimento na educação era visto como fator de progresso, modernização dos setores produtivos, de desenvolvimento econômico e social e de integração dos indivíduos à vida produtiva, fator fundamental para elevar o Brasil ao patamar de país desenvolvido. A “teoria do capital humano” compôs as bases ideológicas do desenvolvimentismo calcado num modelo de desenvolvimento amplamente concentrador e associado ao capital internacional e serviu para justificar e legitimar políticas do estado (período da ditadura militar), na medida em que estas estariam situadas na ideia de democratização das oportunidades educacionais como forma de distribuição de renda e de desenvolvimento social. (MOTTA, 2011,p.39)

O que é notável destacar é que a própria educação técnica veio favorecer ao momento de grande industrialização brasileira, período de extrema necessidade de mão – de – obra qualificada, buscando ampliar a base técnica do trabalhador, tendo em vista alcançar os objetivos do grande capital.

Uma vez que é o Estado quem tem responsabilidade por garantir a educação de todos e em nossa sociedade esse Estado é capitalista, é das grandes empresas, é das classes dominantes, temos, então, uma educação classista que nunca será igual para todos. Oras, a classe burguesa possui condições de vida distintas da classe trabalhadora; é explícita a contradição entre essas classes, bem como a relação de dominação de uma sobre a outra. Por sua vez, a educação sobre esses moldes contraditórios, a educação no sistema capitalista, terá função de qualificar a força de trabalho, atendendo a interesses do mercado de trabalho; ou função ideológica de legitimar essa lógica de desigualdades assim como reafirmar os valores burgueses.

Saviani (1985) identifica quatro importantes concepções utilizadas na organização e funcionamento da escola: a concepção humanista tradicional, a moderna, a analítica e a dialética. Em poucas palavras, a concepção humanista tradicional identifica a educação a partir de uma visão pré-concebida do homem, sugere que a educação deve ser feita conforme a essência humana, e a partir disso entende que as mudanças realizadas nas pessoas por meio do processo educativo são simples acidentes. A segunda concepção educacional é a humanista moderna, essa corrente defende que o aspecto psicológico predomina sobre o lógico. Uma terceira concepção proposta foi a analítica, que formula o seu conceito de educação com base na tarefa educacional que é definida como aquela que oferece um significado lógico à linguagem em função do seu contexto (tempo, lugar, a situação, a identidade, os temas de interesse e as histórias pessoais) tanto do educador quanto daqueles a quem ele se dirige. Por último, a concepção dialética considera a educação a partir do conjunto das relações sociais e, assim, aborda os problemas educacionais compreendidos dentro de um contexto histórico.

Saviani apresentou conceitos básicos que remetem a uma escola como sendo um espaço de interação e socialização. Trata de assuntos relevantes às teorias da educação e seus problemas, como: marginalização da criança, violência simbólica, analfabetismo, dentre outros. Utilizando-me de seu conceito de concepção dialética, é correto afirmar que a política educacional é um dos principais fatores de concentração de renda e de reprodução das desigualdades. Nossas terríveis desigualdades econômicas e sociais também entram nas escolas, fazendo com que nosso sistema escolar trate de forma extremamente diferente os pobres e os ricos. E, evidentemente, com o apoio total das elites econômicas, para as quais as desigualdades não devem ser enfrentadas e superadas, mas, sim, os desiguais devem ser combatidos quando ameaçam incomodar. Nosso sistema educacional é um importante instrumento a perpetuar a desigualdade.

Segundo Almeida (2012):

A educação, na perspectiva capitalista, é uma das formas de se assegurar a sociabilidade necessária à reprodução do próprio capital. Uma educação que conforma sentidos, valores e comportamentos em uma dimensão também desumanizadora. Pensar a educação nos marcos da sociedade capitalista requer seu sentido hegemônico e as possibilidades de resistência e de constituição de outras formas de sociabilidade (ALMEIDA, 2012, p.94).

Embora qualificada como um direito prioritário e de obrigação do Estado, a educação expressa também os reflexos das mudanças dos interesses do mercado focando o produtivismo – portanto, de fato, a educação brasileira ainda não se constitui como uma política pública universal.

A nova Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996, além de reafirmar o direito à educação, também estabeleceu diretrizes e bases, tendo características importantes para a educação nacional. A aprovação e a regulamentação da LDB de 1996 ampliou a educação, ajustando-a às necessidades sociais, ou seja, o desenvolvimento de habilidades e competências para a inserção do cidadão no

mercado de trabalho, trazendo avanços nesta área e promovendo a inclusão das crianças e adolescentes que estavam excluídas do acesso ao ensino público. No entanto, a LDB/1996 apresenta uma proposta de transformação do ensino público, mas esta e o sistema escolar não estão desassociados do contexto econômico e político neoliberal, este que promove o desmonte das políticas sociais, pois o Estado reduz os gastos públicos, prejudicando o ensino público e causando inúmeros problemas como o desemprego, a fome, entre outros.

Por todo o exposto anteriormente, é evidente que os reflexos da desigualdade social gerada pelo sistema capitalista, também podem ser identificados no processo educacional das escolas públicas. Nos dias atuais, todos os problemas causados pelo sistema neoliberal que constituem e comprometem o sistema educacional, prejudicam não apenas a sua estrutura socioeconômica, mas aos indivíduos inseridos neste contexto, como os professores, os alunos e seus familiares - é nesta conjuntura, que se faz necessária a intervenção do Assistente social.

Considero que a educação é uma das condições básicas para o processo de desenvolvimento de um País. A educação como dimensão da vida social possui um caráter ontológico, ou seja, constitutivo dos modos de existência humana, do ser social, da organização da vida em sociedade. A família, as instituições religiosas, os movimentos associativos entre outras, ao lado da escola contribuem para a constituição do campo educacional. No tocante à educação escolarizada, ao passo que se constitui em expressão da dominação e controle do capital, é ao mesmo tempo, objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política. A arena da luta política e da disputa pela direção dos projetos societários e educacionais determina na sociedade capitalista a possibilidade de diferentes contornos da relação do Estado com a sociedade civil. E pensar a atuação dos

assistentes sociais na política educacional e no âmbito da educação, envolve a compreensão da dinâmica e complexidade deste campo de atuação do Estado e da sociedade civil (ALMEIDA, 2003).

A desigualdade exclui das escolas enormes contingentes populacionais, nossas possibilidades de desenvolvimento social, cultural e do sistema de produção de bens e serviços são muito comprometidas. Precisaríamos romper com essa situação e criar um sistema educacional onde todos, independentemente da origem social e econômica, sejam tratados de forma igualitária. Neste sentido, o trabalho do Serviço Social na Educação volta-se para identificar e atender as demandas provenientes da questão social que perpassa o cotidiano do campo educacional.

De acordo com Almeida (2012),

As políticas públicas a partir das últimas duas décadas ganharam novos contornos em função da descentralização de suas ações, das novas feições da relação entre o Estado e a Sociedade Civil e, por conseguinte, da constituição de novas instâncias de controle social. O percurso dessa construção democrática esteve longe de ser linear e foi marcado por experiências políticas que imprimiram ao período uma dinâmica contraditória e bastante diversificada. A questão local passa a ter um significado político e teórico para se pensar a constituição dos novos enfrentamentos e arranjos entre as diferentes políticas públicas e ações no âmbito das esferas pública e privada nos diferentes territórios da cidade. A cidade passa a ter cada vez mais importância como palco privilegiado da materialização desta tendência seja em função dos processos de descentralização das políticas públicas, seja em razão da necessidade de se organizar estratégias que garantissem de fato a articulação de suas ações. (Almeida,2012,p.73)

A consciência política e o projeto ético-político, ao qual o assistente social vem a aderir, são o que gera a diferença entre o direcionamento de uma prática que contribua para a manutenção da ordem vigente ou que coopere para a emancipação dos sujeitos. O nosso código de ética, alavancado pelo amadurecimento teórico e político da categoria, encontra-se coroado na afirmação de um posicionamento profissional baseado na democracia, equidade e cidadania.

Almeida (2000) dirá que não se trata de ponderar ou especular sobre a atuação profissional apenas no interior dos estabelecimentos educacionais mais

tradicionais como a escola. Pensar essa inserção dos assistentes sociais exige identificar que a política educacional engloba diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, a exemplo: a educação básica que é composta pela educação infantil, o ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; a educação profissional; a educação superior e a educação especial.

Neste sentido, continuando na obra de Almeida (2000), o trabalho do assistente social deve ser considerado não apenas a partir de sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em curso, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura.

Durante muitos anos a associação entre Serviço Social e educação esteve, quase que de forma automática, relacionada ou ao campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais. As razões não nos são desconhecidas: uma franca alteração no perfil do mercado de trabalho, no que se tange à efetiva atuação dos assistentes sociais no âmbito dos estabelecimentos e da política educacional ao longo dos anos 70 e parte dos 80, a afirmação do debate e das práticas sobre educação popular que se estenderam para além dos muros institucionais, além do reconhecido avanço teórico e político que as abordagens sobre a formação dos assistentes sociais ganharam no final deste século, particularmente face à atuação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Almeida: 2000a, 19-20).

Cavalcanti (1984) retrata uma questão importante e ainda atual: a educação no Brasil é um aparelho ideológico de manipulação da massa através do Estado, que permite à classe dominante a reprodução das relações de produção. A educação não é a única responsável pela tarefa de transformação social, mas tem um papel fundamental como instrumento de suma importância na luta entre as classes.

Como ocorre em outras profissões, cada uma com sua particularidade, o Serviço social, enquanto agir profissional possui uma dimensão pedagógica. E esta vincula-se à intervenção do assistente social na maneira de agir e de pensar da sociedade e aos elementos políticos e culturais da luta pela hegemonia, visto que

está inserido nos processos de organização da dinâmica da sociedade. A ação profissional está sempre acompanhada da palavra, da informação, da troca, da escuta apurada (que deve ser crítica e solidária), do debate, situações em que percepções de mundo são difundidas, analisadas, questionadas. Esta importante característica política e educativa da intervenção profissional se faz presente, como não poderia deixar de ser, também no campo da educação. (LESSA, 2013)

Como dito anteriormente, a prática profissional do assistente social possui um cunho pedagógico: a dimensão educativa caracteriza-se, principalmente, pela possibilidade deste profissional trabalhar as características individuais, articuladas no coletivo dos sujeitos usuários dos serviços sociais.

[...] essa perspectiva re-atualiza o debate oriundo dos anos 80, que torna fluidos os limites entre profissão e militância política revolucionária, pois equaliza inserções e dimensões diferenciadas vividas pelo assistente social, enquanto profissional assalariado e enquanto cidadão político, visto não ser a categoria politicamente homogênea, por tratar-se de uma especialização do trabalho na sociedade e não de uma atividade que se inscreva na arena da política stricto sensu. (IAMAMOTO, 2008:323)

A educação e o Serviço Social são comprometidos com o exercício da cidadania, para a efetivação e igualdade de direitos sociais, civis e políticos dos sujeitos. É o papel político da educação que converge e define as ações pedagógicas do Serviço social. A política, portanto, é o campo pelo qual uma visão social de mundo se manifesta objetivamente, estão organicamente ligadas formando a práxis¹⁴. Almeida (2012) expõe que,

Para pensarmos a importância da educação no âmbito da formação profissional, partimos, portanto, de um princípio muito caro aos assistentes sociais, muito embora não lhe seja exclusivo, que é o da luta em defesa e da ampliação dos direitos sociais e humanos. Este tem sido o norte da mobilização e organização dos assistentes sociais nas últimas décadas e

¹⁴ Gostaria de esclarecer que ao falar em práxis, não me refiro a dimensão reducionista que condiciona o Assistente social como se este profissional fosse “guardião” de uma práxis social revolucionária, (entendida aqui enquanto categoria responsável pela transformação social), desconsiderando que esse protagonismo é da classe trabalhadora no conjunto da sociedade e não o contrário. Nos limites da autonomia relativa, por vezes bem relativa, uma intervenção crítica, criativa e comprometida é o máximo possível nesse sistema para os Assistentes Sociais.

que se materializa em um projeto profissional construído coletivamente, sintonizado e articulado aos movimentos, empreendidos por outras categorias profissionais e por várias forças sociais, voltados para a construção de formas de solidariedade e participação política que denunciem e enfrentem as desigualdades sociais, sobretudo, o atual modo de organização da produção e distribuição da riqueza social que as reproduzem de forma cada vez mais ampliada. (Almeida,2012,p.93)

Faz-se necessário esclarecer que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em se considerando a dimensão socioeducativa de suas ações, a inserção do assistente social na educação tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais.

A escola desempenha essa função, pois por meio da ação do educador a criança passará por um processo de transformação de um ser individual, em um ser social, com um sentimento de dever para com a sociedade e as regras que orientam sua conduta. Logo, a criança passará a se ajustar a esta sociedade, pois será integrante dela. Dessa maneira, a prática do Assistente social situa-se numa perspectiva crítica, e se faz participante da transformação social, portanto, segundo Novais (2001, p. 13), o profissional do Serviço Social deverá através desta desenvolver as seguintes atividades:

- Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para a caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhor o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Somente com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais;

- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço social, previstas pelos artigos 4º e 5º da lei 8662/93. (NOVAIS, 2001, p. 13).

A prática profissional do Assistente social não está firmada sobre uma única necessidade, assim, para que esta prática contribua no processo educacional, é preciso que seja crítica e participativa e esteja relacionada com as dimensões estruturais e conjunturais da realidade, ou seja, baseada no conhecimento da realidade em sua totalidade

Para Almeida (2000, p.2), a prática do assistente social na escola significa:

[...] pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação as estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.

Portanto, para o autor, a inserção do assistente social no quadro de profissionais da educação contribuirá para que a escola execute sua função social, de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ¹⁵inclusive o direito à Cultura, pois os problemas sociais como: evasão escolar, indisciplina, dificuldade econômica, desagregação familiar, gravidez precoce, dentre outras questões emergentes que permeiam a realidade do aluno e, exigem a intervenção de uma equipe interdisciplinar.

Para Abranches (2012) levando em consideração a complexidade da realidade social: a falta de acesso e a dificuldade de integração ao sistema educativo, o isolamento da escola em relação à comunidade, a violência cultural e o desconhecimento das características da vida cotidiana das comunidades que configuram um sistema educacional autoritário e promotor da exclusão social. Neste

¹⁵ O direito à educação, assim como o direito ao acesso e permanência na escola tem sido garantido legalmente, seja na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) dentre outras.

contexto, o trabalho do assistente social surge como mediador afim de que, através da realização de um trabalho de mobilização social e do acompanhamento dos processos de participação popular nas escolas públicas se possa desenvolver a autonomia da comunidade a partir da política de educação. Nesse caso o Serviço Social é o responsável por um projeto que objetiva a reflexão com a comunidade para que esta ocupe o espaço social e político que lhe é de direito. Também visa a orientação e a capacitação comunitária para garantir voz ativa no processo de reivindicação e decisão sobre os rumos da política educacional.

O sistema de ensino também se constitui em um espaço de concretização dos problemas sociais, à exemplo, a nova escola pública, nas últimas décadas, tem assumido um papel significativo no contexto das classes trabalhadoras, sendo desafiada em articular conhecimento com a realidade social. A falta de acesso e a dificuldade de integração ao sistema educativo, o isolamento da escola em relação à comunidade, a violência cultural, configuram um sistema educacional autoritário e promotor da exclusão social.

De acordo com Figueiredo:

A ausência do Estado na área da educação nos últimos anos, através da redução das verbas públicas, baixos salários aos profissionais da educação e a concessão da exploração privada nesta área, tem gerado um impacto real na baixa qualidade de ensino a população usuária, que hoje na cidade do Rio de Janeiro se constitui de uma população eminentemente pobre. (FIGUEIREDO, 2009, p.4)

Neste sentido, a prática do Serviço Social na Educação faz o elo entre o alcance efetivo das ações educacionais com as discussões políticas da assistência social que é a conquista de direitos, de autonomia e cidadania pelas classes excluídas na sociedade. O Serviço Social dentro das instituições de ensino público é como uma resposta para minimizar as tensões sociais, como uma importante intervenção junto aos alunos com ações socioeducativas, palestras quanto aos seus

direitos sociais, alternativas de êxito frente aos programas e projetos sociais oferecidos a crianças e adolescentes com perfil para tal. Além da decodificação e encaminhamentos a rede social das diversas demandas sociais, que atualmente é desconhecida da equipe escolar. A contribuição do Serviço Social se dá através de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social.

A tese do capital humano fica desnudada quando buscamos responder a seguinte questão: os países pobres, subdesenvolvidos e os indivíduos pobres assim o são porque “escolheram” não ter escolaridade ou uma precária escolaridade, ou porque os países colonizados, e de capitalismo dependente, e os filhos da classe trabalhadora não alcançam os níveis mais elevados de escolaridade, em escolas de melhor qualidade, porque são mantidos na pobreza por relações de dominação e exploração pelas classes detentoras do capital?

Uma elementar constatação, no Brasil e ao nosso redor, da realidade dos trabalhadores que vivem amontoados nas periferias das grandes e médias cidades e dos que vivem de pequena propriedade ou dos milhões de trabalhadores com trabalho precário ou desempregados nos tira a dúvida. Seus filhos frequentam poucos anos de escolaridade e em escolas destruídas porque são pobres. (FRIGOTTO, 2011, p.24).

Para tornar efetiva a inserção do profissional de Serviço Social na rede pública de ensino, alguns projetos de lei que estão sendo articulados. Há a articulação de três leis que dispõem sobre a inserção do assistente social nesse espaço sócio ocupacional, sendo uma de cunho municipal, uma estadual e outra a nível federal.

A nível municipal, tem a Lei 10.870, de 30 de dezembro de 2004, dispõe sobre a implantação do Serviço Social na rede municipal de ensino, na qual fica o poder executivo autorizado a instituir o Serviço Social nas escolas da rede pública municipal. A nível estadual, vem sendo articulada a LEI 16.683/07, que é resultado de um trabalho coletivo, a partir de debates com educadores, estudantes, assistentes sociais e parlamentares. É resultante de uma iniciativa que envolve também o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS/6ª Região). A mesma prevê incorporar esses profissionais aos quadros da escola, para um trabalho de acompanhamento social vinculado a programas governamentais

para crianças e adolescentes com necessidades especiais e para jovens em comunidades que apresentam baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), este índice internacional mede situações de pobreza associando três indicadores: a expectativa de vida ao nascer, o acesso a educação e o nível de renda. A nível federal, temos o Projeto de Lei 3688/2000, que trata da inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica, que foi aprovado por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara (CSSF) no dia 20/04/2012.

A aprovação e implementação de leis que garantam a inserção do Serviço Social já representa um avanço e uma vitória para a categoria profissional de assistentes sociais e para a sociedade. Principalmente se analisarmos a partir de um modelo de educação pública precária e alienante, voltada à atender aos interesses do mercado, o qual se utiliza de ideologia para conduzir os processos sociais e obter desdobramentos favoráveis a sua hegemonia, possuindo como característica a desigualdade de classes.

O trabalho do Serviço Social na educação volta-se para identificar e atender as demandas provenientes da questão social que perpassa o cotidiano desse espaço sócio-ocupacional. Segundo Almeida:

A educação, na perspectiva capitalista, é uma das formas de se assegurar a sociabilidade necessária à reprodução do próprio capital. Uma educação que conforma sentidos, valores e comportamentos em uma dimensão também desumanizadora. Pensar a educação nos marcos da sociedade capitalista requer seu sentido hegemônico e as possibilidades de resistência e de constituição de outras formas de sociabilidade (ALMEIDA, 2012, p.94).

Sob o sistema capitalista, o indivíduo se sujeita à formatos de educação oferecidas pelo Estado, uma vez que para estar inserido no mercado de trabalho é necessário comprovar competências ou títulos acadêmicos. Desta forma, a

execução da educação pública atende aos interesses do mercado e impõe desafios a formação para a cidadania.

A educação pode ser o instrumento para efetivar, com mais eficácia, o projeto político da Assistência Social, que vislumbra a cidadania plena; e a assistência social pode promover melhorias na política educacional, no que se refere aos benefícios prestados aos alunos, à contribuição política para uma formação sistêmica, ao atendimento aos problemas sociais de suas famílias e à orientação da comunidade escolar para a organização social e política – indo contra o modelo de escola pública erigida sob a lógica de mercado.

Embora se reconheça os limites impostos pelo capitalismo, é necessário buscar efetivar propostas de enfrentamento das demandas apresentadas pela comunidade escolar, com o propósito de criar estratégias que possibilitem a superação desses limites impostos por tal sistema, buscando compreender a educação para além do capital.

O assistente social pode contribuir para além das demandas cotidianas, resultantes da questão social, mas por meio de mobilização social, colaborar no processo de democratização da educação. Pode contribuir através de espaços de novas discussões, tomada de consciência e do trabalho de relações interpessoais e de grupo.

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi contribuir para o estudo da ampliação e compreensão da atuação do Assistente social no sistema escolar público. E, para identificar esta relação entre Serviço Social e Educação, buscou-se uma aproximação e aprofundamento teórico – através de importantes nomes tais quais Netto, Yamamoto e Almeida.

Ao longo deste trabalho foi discutida a trajetória do Serviço Social no Brasil, desde seu surgimento na era do capitalismo monopolista. Para que a apreensão do significado social da profissão na sociedade capitalista pudesse facilitar a compreensão do conjunto de condições e relações sociais na qual foi colocada sua necessidade e possibilidade como tal.

De extrema importância foi entender como se dá a relação da profissão com o Estado, este enquanto provedor de políticas públicas e a atuação dos assistentes sociais nessas políticas - a respeito das respostas dadas no enfrentamento da questão social. Sobre esse aspecto, o Estado, desde a sua criação, vem assumindo responsabilidades mas como forma de controle e manutenção da ordem vigente.

tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade social é remetê-la concretamente a relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social

deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as seqüelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas (NETTO, 1992, p. 28).

Por todo o exposto anteriormente, este trabalho entende que no contexto do capitalismo monopolista, no qual presencia-se o crescimento acelerado do ritmo econômico e social, há uma maior necessidade de serviços governamentais. Desta forma, o Estado é requerido para protagonizar os serviços propostos.

As políticas educacionais, principalmente as de cunho “profissionalizante”, e os programas de qualificação técnico-científica representam recursos humanos para o capitalismo monopolista. E as políticas setoriais, por sua vez, implicam em grandes investimentos, tais como as reformas urbanas, habitação, saneamento básico etc., (NETTO, 1992). Portanto, as políticas sociais se apresentam como uma maneira de assegurar o desenvolvimento da ordem monopólica.

É importante destacar, ainda de acordo com Netto, que a política social passa a configurar-se em políticas sociais na medida em que a questão social passa a receber intervenções por parte do Estado nas suas refrações, ou seja, nas problemáticas sociais particulares. A intervenção estatal sobre as sequelas da questão social no período do capitalismo monopólico se dá de maneira em que há tanto uma fragmentação quanto uma parcialização da questão social.

De acordo com Iamamoto (2008), em seu processo de profissionalização, o serviço social, ao longo da história desempenhou um importante papel na divisão social e técnica do trabalho – uma vez que os assistentes sociais se profissionalizaram assumindo tarefas técnico-administrativas na construção e execução de políticas sociais, inseridos diretamente na reprodução das relações sociais.

Behring (2008) traz enorme contribuição acerca das políticas sociais no contexto da reconceituação da profissão – a partir dos anos 1970. Nesse momento: a categoria expressa o entendimento da questão social enquanto objeto de estudo e trabalho profissional; em sua busca por compreender as raízes dos conflitos entre capital e trabalho a categoria se aproxima da orientação teórico-metodológica marxista. Mediante a essas mudanças é que se torna possível as condições para o projeto ético-profissional do Serviço Social– comprometido com as demandas da classe trabalhadora.

A categoria profissional por sua posição estratégica no planejamento e execução das políticas sociais possui papel primordial na luta de classes, na correlação de forças. Entretanto, com o passar dos anos, com a implantação de políticas neoliberais, as políticas sociais ganham caráter compensatório e focalizado – não atingem as raízes da questão social, passam a ser orientadas e subordinadas aos interesses do grande capital - configuram-se em um retrocesso nos direitos sociais, já que este projeto neoliberal tem como proposta o enxugamento do Estado na execução das políticas públicas.

Através da contextualização da trajetória profissional e trazendo-a para os dias atuais, este trabalho teve como objetivo discutir a Educação enquanto espaço sócio educacional e os desafios que esse espaço demanda.

“A luta fundamental capital-trabalho, que é primeiramente uma luta pela sobrevivência material, é também uma luta por outros interesses, dentre esses o acesso ao saber elaborado e sistematizado e cuja apropriação se dá predominantemente na escola” (FRIGOTTO, 1989, p.225)

Estes processos notados ao longo da análise realizada, contribuí para a sustentação da hipótese aqui defendida de que em tempos de neoliberalismo, a educação cumpre importantes funções para o atual estágio do capitalismo. A escola, enquanto transmissora de conhecimento e cultura, vem perdendo essa identidade -

no sentido de transformar a educação em mais um setor a que se possam retirar lucros.

Portanto, por meio do processo metodológico desta pesquisa, conclui-se que uma possível inserção do Assistente social no quadro de profissionais da educação contribuirá para que a escola execute sua função social, de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Por sua vez no decorrer desse estudo novas questões foram surgindo, não cabendo aqui, nos limites da objetivação e direcionamento deste trabalho, melhor trabalha-las. Questões que envolvem os muitos desafios profissionais acerca dessa área, como por exemplo as reformas educacionais neoliberais que sucateiam ainda mais o sistema educacional, as privatizações e outros entraves que dificultam o acesso à ciência e a técnica e que ameaçam o direito a educação.

Esse trabalho propõe demonstrar que é nítido que se faz preciso que a categoria profissional reconheça a emergência da situação aqui anteriormente discutida na qual a Educação se encontra, e reivindique a sua atuação em tal área, proporcionando que se abra um novo campo de atuação para o Assistente social. Um novo campo a caminho da superação da fragmentação, desigualdade, desorganização e focalização, buscando frear os ataques neoliberais e, sempre buscando uma educação de qualidade – uma educação que sirva ao povo. Já dizia Paulo Freire (1986):

Acreditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver a nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

Esse trabalho foi muito importante para minha compreensão sobre este tema – não por acaso, já que essa também foi minha primeira e única área de contato profissional, o estágio. Penso que, antes de tudo, a monografia é uma forma do aluno abordar com individualidade, criatividade e criticidade sobre um tema que ele tenha se identificado ao longo do curso universitário, mais do que isso, é uma contribuição efetiva no avanço científico e tecnológico referente ao curso, ou carreira que se escolheu. Não que esse caminho tenha ocorrido facilmente, pelo contrário, diversas foram as dificuldades: falta de clareza e de conhecimento sobre o tema, mudança de tema, bloqueio emocional e estresse. Entretanto, creio que esse trabalho cumpriu sua função: essa pensada enquanto preparar formas de identificação do entendimento de questões que são decorrentes do antagonismo das classes, da relação capital X trabalho e, da sociedade em que vivemos.

Referências bibliográficas:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL Maria do Socorro Reis. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social– Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988**, Cortez Editora São Paulo, 1995.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A dimensão pedagógica do Serviço social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira**. Serviço Social & Sociedade. Ano XXIV, nº. 79. São Paulo: Cortez, 2004. p.51-52.

ABRANCHES, Mônica. **O trabalho do Serviço Social na educação: democratizando as relações pela conquista da cidadania**. CRESS/MG. Disponível em: http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_educacao.pdf Acesso em: 11 de Jun. 2015.

ALMEIDA, Ney L. Teixeira de. **“O Serviço Social na educação”**. Revista Inscrita. N. 6. Brasília: CEFESS, 2000. p.19-24.

_____. **A educação e os processos políticos-pedagógicos de construção de novas formas de sociabilidade**. IN: Serviço Social e Educação. Larissa Dahmer; Ney Luiz Teixeira de Almeida (orgs.). 3 ed. – RJ: Lumen Juris, 2012.

_____. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço e desafio desta relação**. 1º Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação . Belo Horizonte, 28 março 2003, p.1-9.

_____. **Serviço social, trabalho e políticas públicas**. Ney Luiz Teixeira de Almeida, Mônica Torres de Alencar. – São Paulo: Saraiva, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. , São Paulo: Cortez 2008.

CFESS-Conselho Federal de Assistentes Sociais. **Código de Ética**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf Acesso: em 02 de Jun. 2015

CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização social e práticas educativas**. In: ABEPSS; CFESS (orgs). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. 1.ed. 2009.

CAVALCANTE, T. L. **Reflexões sobre o ensino e sua repercussão no Serviço social**. Serviço Social e Sociedade, São Paul, n.15, p.44-64, 1984.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília. 1988.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

FIGUEIREDO, Charles de Barros. **O trabalho do assistente social na educação: demonstração do plano de ação na escola**.

Disponível em:

http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/o_trabalho_do_assistente_social_na_educacao.pdf

Acesso em: 11 de Jun. 2015.

FRANCO, Regina Marconi. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social- Vol. 21, nº 2 (2012)

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Altair. **Ditadura militar, mitos e fatos de algo que não precisamos mais**. São Paulo, 1 de Abril. 2013

Disponível em: <http://palavrasaotempo.blogspot.com.br/2013/04/ditadura-militar-mitos-e-fatos-de-algo.html>

Acesso em: 02 de Jun. 2015

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Estado (des)educador e as políticas públicas educacionais**. IN: As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo. Juarez de Andrade; Lauriana G. de Paiva,(org.) - Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2011.

_____ **A produtividade da escola improdutiva**. Campinas: Cortez/ Autores Associados, 1989.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25. ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____ **Renovação e conservadorismo no serviço social**, 7ed. , São Paulo: Cortez, 2004.

_____ **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

_____ **A produção de Conhecimento em Serviço Social no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL(ENPESS) IX, 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2004.

LESSA, Simone Eliza do Carmo Lessa. **A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate**. In: Serv. Soc. Soc. Nº.113 São Paulo Jan./Mar. 2013

MANDEL, Ernest, 1923. **O capitalismo tardio**. Ernest Mandel, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTOS, Solange Maria da Silva Nunes; DRUMMOND, José Augusto. **O terceiro setor como executor de políticas públicas: ong's ambientalistas na baía de Guanabara (1990-2001)**. In:REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 24, p.180 JUN. 2005.

MOTTA, Vânia C. **Educação e capita social: orientações dos organismos internacionais para as políticas públicas de educação como mecanismos de alívio à pobreza**. IN: As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo. Juarez de Andrade; Lauriana G. de Paiva,(orgs.) - Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Prólogo: elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista**. In: Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

_____. **Ditadura e Serviço social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O movimento de reconceituação 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 6ª ed. , São Paulo: Cortez, 2007.

_____. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3ª ed. , São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

_____. **O Materialismo Histórico como instrumento de análise das políticas sociais**. In: NOGUEIRA, F. M. G. e RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (orgs.). Estado e Políticas Sociais: Brasil - Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003.

NOVAIS, L. C.C. et al. **Serviço Social na educação: uma inserção possível e necessária**. Brasília, set. 2001.p. 6-32.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autonomia de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PASTORINI, Alejandra. **As políticas sociais e o Serviço social: Instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades?** In: MONTAÑO, Carlos. A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

Pereira, Cristiane de Barros. **Dissertação (Mestrado em Serviço social)** –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 7. ed. São Paulo: cortez, 1985.

SILVA, M. I. **Estado & Sociedade Civil: Contribuições para a construção de uma perspectiva emancipatória.** Boletim Electronico Sura número 120, Escuela de Trabajo Social, Universidad de Costa Rica, 2006. Disponível <<http://www.ts.ucr.ac.cr>>.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **Introdução Crítica ao Direito**, Série O Direito Achado na Rua, vol. 01, 1993, p. 07.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de. NEVES, Daniela. **Do Congresso da Virada ao projeto ético-político: a maturação da intenção de ruptura.** Revista Praia Vermelha / Rio de Janeiro / v. 21 no 2 / p. 23-36 / Jan-Jul 2012.